

# As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023)

## Continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3

### Diplomatic and economic relations between Brazil and China (2002-2023)

Continuities, ruptures and challenges for the Lula's third presidential term

**Fábio Borges\***

**Luiza Maria Martins\*\***

**Felipe Nagual\*\*\***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.003>



Os presidentes da China, Xi Jinping, e do Brasil, Lula, participam de cerimônia em Pequim, abril de 2023

## RESUMO

Este artigo analisa as relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China entre os anos de 2002 e 2023, com destaque para os governos Lula 1 e 2, Bolsonaro (2019-2022) e Lula 3 (2023 em diante). Durante esses períodos, houve contrastes nas relações sino-brasileiras, passando de parceiros estratégicos a tensionamentos ideológicos e, posteriormente, retomando um caráter preferencial em 2023. No governo Bolsonaro, houve críticas específicas à China e uma tendência a se alinhar aos Estados Unidos. Com a eleição de Lula em 2022, espera-se uma postura mais pragmática focada em interesses econômicos e cooperação Sul-Sul. Essa mudança de liderança provavelmente resultará em uma transição da retórica ideológica para uma abordagem mais pragmática. O artigo também explora como essas relações diplomáticas afetaram as relações comerciais e de investimento entre os dois países, indicando que houve uma dinâmica quase autônoma, mas nos últimos anos ocorreram impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil. Além disso, destaca-se a necessidade de diversificar as exportações e reduzir os riscos de dependência do setor primário e desindustrialização para a economia brasileira.

**Palavras-chave:** Brasil. China. Política externa. Governo Bolsonaro. Governo Lula.

## ABSTRACT

This article analyzes diplomatic and economic relations between Brazil and China from 2002 to 2023, focusing on Lula's first and second terms, Bolsonaro (2019-2022), and Lula's third term (2023 onwards). During these periods, the contrasts in Sino-Brazilian relations were evident, shifting from strategic partners to ideological tensions and eventually becoming a prime concern in 2023. During Bolsonaro's term, China was especially criticized, and there was a tendency to align with the United States. With Lula's election in 2022, a more pragmatic stance focused on economic interests and South-South cooperation should occur. This switch in the leadership will likely result in a transition from an ideological rhetoric to a more pragmatic approach. This article also explores how these diplomatic relations have affected the trade and investment relations between these two countries, indicating a nearly autonomous dynamic; however, over the last few years, there have been negative impacts on Chinese investments in Brazil. Lastly, it is crucial to emphasize the need to diversify exports and reduce the risks of depending on the primary sector and of deindustrialization for the Brazilian economy.

**Keywords:** Brazil. China. Foreign policy. Bolsonaro Government. Lula Government.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo examina as relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China no período de 2002 a 2022, com destaque para os governos Lula 1 e 2 (2003-2010)<sup>1</sup>, Bolsonaro (2019-2022) e Lula 3 (a partir de 2023). Ao longo desses períodos, houve contrastes significativos nas relações sino-brasileiras, passando de parceiros estratégicos a tensionamentos ideológicos e, posteriormente, retomando um caráter preferencial em 2023.

O artigo também examina como essas relações afetaram o comércio e os investimentos entre os dois países ao longo das últimas duas décadas, com atenção aos impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil. Além disso, é discutido o desafio da reprimarização e desindustrialização da economia brasileira como consequência dessas relações. Após esta introdução, o artigo contém outras cinco partes, abordando os períodos mencionados, a política externa dos governos, as relações econômicas e tecendo, por fim, as considerações finais.

## 2. RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: UM BREVE HISTÓRICO DOS PERÍODOS LULA 1 E 2

Durante o governo de Lula, de 2003 a 2010, a política externa brasileira (PEB) foi revitalizada com abordagens pacifistas, legalistas e realistas das relações internacionais. O foco era construir uma autonomia ativa e ativa por meio da diversificação de parcerias e da busca por relações Sul-Sul com parceiros não tradicionais. O objetivo era posicionar o Brasil como um ator global, promovendo processos de integração e cooperação (Oliveira Neto, 2016).

Nesse contexto, o relacionamento com a Ásia ganhou ainda mais importância, complementando uma evolução já iniciada na década de 1980 e impulsionada por prioridades comerciais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Sob o governo de Lula, as relações com a Ásia adquiriram um caráter político, buscando promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil (Uehara; Casarões, 2013). Em suma, os autores apresentam que:

O interesse do Brasil na Ásia era duplo: primeiro, ao nível econômico, as expectativas eram altas sobre a aproximação com uma região vista como um modelo de desenvolvimento econômico e científico. Segundo, ao nível mais político, as nações asiáticas preencheriam a necessidade de diversificação estratégica de parcerias no contexto do multilateralismo (Uehara; Casarões, 2013, p. 77, tradução nossa).

<sup>1</sup> Em 2011, inicia-se o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Como indicado por Oliveira Neto (2016), ocorreram duas principais alterações: a ausência de uma formulação de política exterior e a falta de diálogo com o empresariado brasileiro para a articulação de um projeto nacional, como o feito por Lula. Isso acarretou numa PEB menos ativa, com redução de visitas presidenciais a outros países e cortes orçamentários no Ministério das Relações Exteriores. Como consequência, há a redução da atuação diplomática e estabelecimento de novas prioridades na agenda brasileira. Apesar de prosseguir com a política de prioridade às relações Sul-Sul, a PEB no governo Dilma volta seus olhares para os parceiros tradicionais – Estados Unidos, Europa e América do Sul. Para a Ásia, a PEB se reduz a termos comerciais. Conclusivamente, Oliveira Neto (2016) aponta que “assim, no primeiro mandato de Dilma, o paradigma Logístico e o Brasil como ator-global entraram em declínio”. No governo Temer (2016-2017), como apontado por Silva (2019) inicia-se a proposta de “desideologização” da PEB, vista a alegação dos ministros das Relações durante o período de que era demasiada politizada pelos governos petistas, crítica que prossegue no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Com esse ímpeto, há a desarticulação das relações brasileiras com o Mercosul, que impacta fortemente no relacionamento com a Ásia, como mostrado por Abdenur (2014). Há um aceno à Aliança do Pacífico, entretanto restrita a termos comerciais e sem a construção de uma parceria mais profunda. Em contraponto, a PEB de Temer é defensora da ordem internacional vigente e não trabalha para traçar uma política consistente para a Ásia. Por isso, a PEB de Temer é classificada como desengajamento estratégico (Silva, 2019).

Dessa forma, a estratégia brasileira para a Ásia até 2010, último ano do governo Lula fica evidente. No entanto, concentraremos nossa atenção nas comparações das relações entre Brasil e China durante o governo Bolsonaro (2019-2022), já que as diferenças se tornam notórias.

Durante o período do governo de Bolsonaro, a Política Externa Brasileira (PEB) segue a linha estabelecida por Temer e intensifica as críticas à ideologização nas relações internacionais. Isso resulta em um afastamento ainda maior do Brasil de parceiros não tradicionais e na desarticulação das relações Sul-Sul. Ao mesmo tempo, o governo retoma a política de alinhamento automático com os Estados Unidos sob a administração de Trump (Bueno, 2019). No caso da China, a PEB se tornou ainda mais desarticulada, uma vez que

o presidente Bolsonaro prometeu rever as parcerias estratégicas que foram estabelecidas nos governos anteriores, e frear os investimentos chineses no país. A retórica de desconfiança com os chineses se deve a vários fatores diferentes: a China continua a ser um país comunista, tem realizado uma política predatória em relação aos recursos naturais e agrícolas brasileiros, e seus produtos estariam destruindo as indústrias brasileiras e tirando empregos (Bueno, 2019, p. 2).

Nesse contexto, conforme observado por Carvalho (2020), a diplomacia adotada também assumiu uma postura consideravelmente hostil em relação à China, limitando a PEB a questões puramente comerciais.

### 3. A POLÍTICA EXTERNA DA DESTRUIÇÃO DO PERÍODO BOLSONARO (2019-2022)

A política externa adotada pelo governo Bolsonaro representa uma notável ruptura com as estratégias históricas do Brasil, especialmente a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial. Enquanto o país tradicionalmente buscava o desenvolvimento, Bolsonaro optou por priorizar seu projeto de poder interno sobre as prioridades internacionais. Ainda que tenha mantido um discurso de alinhamento com os Estados Unidos, abandonou a trajetória de desenvolvimento, transformando a política externa em uma ferramenta para consolidar sua posição no poder e favorecer grupos de apoio, como o agronegócio e grupos religiosos. Essa mudança de enfoque se manifesta por meio de uma abordagem variável e instável nas relações internacionais, incluindo críticas públicas à China, que é um parceiro comercial essencial para o Brasil. No contexto global, a atuação de Bolsonaro recebeu críticas e condenações por suas políticas e posturas controversas, afetando negativamente a imagem internacional do Brasil. Embora a avaliação completa do governo Bolsonaro esteja em andamento, sua política externa destaca-se como uma ruptura com os padrões anteriores (Lima, 2023).

Nesse contexto, Lima (2023) apresenta uma questão crucial: a política externa de Bolsonaro pode ser categorizada como isolacionista em relação ao mundo? Investigações em andamento sugerem uma ligação ativa entre a família Bolsonaro e movimentos de extrema-direita internacionais, com uma inclinação notável para a corrente extremista norte-americana liderada por Steve Bannon. Bolsonaro parece ter adotado uma postura isolacionista na política externa, ao mesmo tempo em que construiu laços significativos com governos e movimentos de extrema-direita de atuação global. Além do dismantelamento da abordagem externa, essa conexão com setores da extrema-direita internacional também contribui para a herança desafiadora que o governo Bolsonaro deixa na inserção internacional do Brasil.

No âmbito das relações internacionais, a política econômica do governo Bolsonaro enfrentou desafios adicionais, como a competição entre EUA e China pela influência na América Latina. Enquanto a China intensifica seus investimentos na região, particularmente no Brasil, os EUA buscaram conter essa influência, pressionando o Brasil a aderir ao plano Clean Network, que exclui a Huawei da infraestrutura de tecnologia 5G. Tal decisão envolve custos materiais e políticos, dado o papel estratégico da China como parceiro comercial vital para o agronegócio brasileiro (Hirst; Maciel, 2020).

O agronegócio emerge como elemento central na formulação da política econômica externa do governo Bolsonaro. A estratégia alinhada aos interesses desse setor levou a um afastamento das negociações multilaterais sobre questões ambientais. A preocupação ambiental, anteriormente vista como uma ferramenta de influência, foi relegada, resultando em aumento no desmatamento e nas queimadas na Amazônia. Essa postura alienou parceiros internacionais, levando a suspensões de financiamento e colocando o Brasil em desacordo com países europeus. A perda de influência do Brasil nesse domínio é evidenciada pela Colômbia, que tem assumido um papel mais proeminente na articulação regional sobre questões ambientais (Hirst; Maciel, 2020).

A política de segurança e defesa do governo Bolsonaro estava alinhada com suas premissas ideológicas e serviu como instrumento de fortalecimento de suas prioridades. Isso incluiu uma maior vinculação com os Estados Unidos, expressa na busca de se tornar um aliado preferencial fora da Otan. No âmbito regional, o governo alinhou suas perspectivas de segurança com as dos EUA, permitindo maior presença militar americana na América Latina. Esse alinhamento também se estendeu a parcerias estratégicas em áreas como segurança cibernética, defesa civil e inteligência artificial, com países como Índia, Israel e Emirados Árabes Unidos (Hirst; Maciel, 2020).

Os documentos de Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, divulgados em 2020, revelam uma ênfase nas “tensões e crises” nos países do entorno estratégico brasileiro, sugerindo preocupações com a presença de potências extrarregionais, como China e Rússia, na América do Sul. Esses documentos também enfatizam a importância do controle nacional sobre tecnologias de segurança e defesa, além de destacar as preocupações com grupos de crime organizado que atuam nas fronteiras do país (Hirst; Maciel, 2020).

Em relação à China, a postura ideológica do governo Bolsonaro também teve impactos significativos. Apesar da importância econômica da China como parceiro comercial fundamental para o Brasil, o governo adotou uma retórica hostil em relação ao país asiático. Essa retórica negativa incluiu acusações sobre a disseminação da covid-19 e críticas à influência chinesa no Brasil. Essa postura contraditória, de dependência econômica em contraste com discursos hostis, resultou em atritos diplomáticos e comerciais, colocando em risco a estabilidade da relação bilateral. A abordagem ideológica e hostil afetou a posição geopolítica do Brasil, isolando-o em discussões internacionais e prejudicando a sua capacidade de engajamento efetivo em questões globais (Hirst; Maciel, 2020)<sup>2</sup>.

**2** Em contrapartida, em relação aos Estados Unidos, o governo Bolsonaro buscou uma aproximação com líderes e ideais da extrema-direita, em especial com a administração de Donald Trump. Esse alinhamento refletiu uma visão conjunta de antagonismo em relação ao multilateralismo e às normas do internacionalismo liberal. A relação próxima com os EUA levou o Brasil a adotar posições que criticavam agendas como direitos humanos, mudanças climáticas e cooperação global, o que resultou em um maior isolamento nas discussões internacionais. A busca por uma relação privilegiada com os EUA foi uma das características marcantes da política externa bolsonarista, com um alinhamento incondicional à Casa Branca, ao mesmo tempo em que o governo se distanciava de princípios e compromissos tradicionais da PEB (Hirst; Maciel, 2020).



Lula discursa na abertura da 4ª Cúpula Sul-Americana de chefes de Estado e de governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que ocorreu em 26 de novembro de 2010 em Georgetown, capital da Guiana

Na academia, existe amplo consenso quanto aos traços principais da política externa adotada durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010). De modo geral, reconhece-se que essa política foi caracterizada por um pragmatismo notável, priorizando o fortalecimento das relações com países do Sul Global, enquanto mantinha relações favoráveis com nações do Norte

#### 4. POLÍTICA EXTERNA LULA 3.0

Nos primeiros meses do governo Lula, a expectativa é que o Brasil possa estabelecer uma abordagem mais clara em relação à sua política externa. Uma estratégia em destaque tem sido associar a atuação internacional do país a temas como meio ambiente e combate ao desmatamento, promoção da democracia e direitos humanos, bem como fortalecimento do multilateralismo (Maciel, 2023).

Segundo Horta (2023), com a eleição de Lula para seu terceiro mandato em 2022, em uma das eleições mais politizadas e acirradas desde a redemocratização, havia uma percepção generalizada na academia e na sociedade civil de que seu governo traria mudanças nas políticas estabelecidas durante o governo de Jair Bolsonaro, embora se reconhecesse que essas transformações seriam limitadas devido a fatores institucionais, como a composição do legislativo e as restrições orçamentárias impostas pelo novo marco fiscal, bem como a influência de políticas de desmantelamento

do Estado adotadas por governos anteriores. Além disso, os políticos e a sociedade civil estavam mais sensíveis a questões relacionadas às políticas domésticas e à política externa, somando-se às expectativas de que Lula adotaria medidas semelhantes às de seus dois mandatos anteriores (2003 a 2010), especialmente em relação à política externa.

Na academia, existe amplo consenso quanto aos traços principais da política externa adotada durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010). De modo geral, reconhece-se que essa política foi caracterizada por um pragmatismo notável, priorizando o fortalecimento das relações com países do Sul Global, enquanto mantinha relações favoráveis com nações do Norte. Uma ênfase particular foi dada às relações Sul-Sul, especialmente com as nações latino-americanas, buscando aprofundar a integração regional e consolidar o papel do Brasil como um ator global influente (Horta, 2023).

No contexto atual, como salientado por Horta (2023), é notável a transformação da política externa em um pilar crucial da estratégia governamental, destacando-se o envolvimento ativo e proativo do presidente nesse processo, caracterizado pelo ressurgimento da diplomacia presidencial. Desde o início de seu mandato, Lula realizou diversas viagens, visitando cerca de dez nações, com uma atenção especial aos principais parceiros comerciais do Brasil, como China, Estados Unidos e Argentina. Além disso, há planos para várias outras visitas ao longo do segundo semestre de 2023.

Em outubro de 2022, após confirmar sua vitória, Lula anunciou uma mudança na política externa em seu primeiro pronunciamento. No entanto, a nomeação de Mauro Vieira como ministro das Relações Exteriores gerou especulações na mídia e entre analistas. Surgiu a possibilidade de retornar à abordagem de “política externa ativa e ativa” das épocas de Lula 1.0 e 2.0. Movimentos anteriores à escolha do último chanceler no governo de Dilma Rousseff também indicavam um possível retorno ao *status quo* (Lima, 2023)

Conforme destacado por Lima (2023), embora a narrativa de um retorno ao passado tenha sido amplamente disseminada, é um equívoco analisar eventos dinâmicos apenas olhando pelo retrovisor. O motivo é que o estado atual nunca regressa exatamente ao seu estado anterior. A realidade é intrinsecamente mutável, e as condições iniciais não se preservam de forma idêntica; elas estão em um estado de mudança constante.

A implementação da política externa 3.0 enfrenta desafios em um contexto adverso comparado aos governos anteriores de Lula. A pandemia e a guerra na Ucrânia elevaram os preços da energia e estimularam a inflação, em meio às repercussões da crise global de 2008.

A retração da China no comércio global teve um impacto direto no Brasil. No âmbito geopolítico, a concorrência Estados Unidos-China e a guerra na Ucrânia estão transformando o cenário que predominou nas primeiras duas décadas dos anos 2000, quando ocorreu a descentralização de poder em direção às nações do Sul. Diante disso, a política externa brasileira 3.0 pode recuperar a abordagem de autonomia e de equidistância entre as potências Estados Unidos e China, como fez no passado com Estados Unidos e Alemanha nos anos 1930, aproveitando possíveis contradições e oportunidades de barganha estratégica em seus relacionamentos bilaterais (Lima, 2023)

Conforme expresso por Ricupero (2023), em relação ao cenário de 2003, quando Lula assumiu a presidência, ocorreram mudanças significativas no panorama internacional. O sistema de segurança global da ONU foi abalado por uma potência nuclear, membro do Conselho de Segurança, que usou vetos repetidamente, tornando o Conselho

inoperante. A segurança coletiva baseada no direito internacional desapareceu, resultando em violações graves da paz por potências médias em várias regiões. A crise do multilateralismo é evidente na falta de cooperação global em situações como a pandemia da covid-19 e as questões climáticas.

Nesse sentido, a transformação global é notável pela ameaça do aquecimento global, impulsionando a adoção de leis ambientais e abrindo oportunidades para nações com recursos sustentáveis. A ascensão da Ásia como centro econômico e demográfico redefine o equilíbrio de poder, com China e Índia desempenhando papéis significativos. No entanto, o Brasil demonstra limitada consciência de ameaças externas em comparação global. A mudança de foco para preocupações ambientais e o deslocamento econômico para a Ásia devem ser considerados nas políticas de defesa e relações exteriores do governo (Ricupero, 2023).

De acordo com Ricupero (2023), entre as mudanças globais em andamento, as mais impactantes tanto no presente quanto no futuro estão relacionadas a novas ameaças globais, como pandemias e aquecimento global, que têm origens naturais, mas também incluem influências humanas. Paralelamente, o Brasil está começando a sentir pressões para tomar posições em questões internacionais, como as sanções econômicas contra a Rússia e a condenação de suas ações, como a anexação de território ucraniano. A questão da tecnologia 5G e da empresa chinesa Huawei, antes mesmo de conflitos, já sinalizou para as pressões crescentes que provavelmente irão se intensificar no que diz respeito à escolha de fornecedores de tecnologias de uso dual, tanto civis quanto militares. Se a rivalidade tecnológica entre EUA e China continuar a aumentar, como está ocorrendo, empresas brasileiras que atuam ou dependem dessas tecnologias enfrentarão dilemas inevitáveis. A deterioração do cenário global de segurança exigirá que o Brasil atualize suas doutrinas e capacidades de autodefesa.

Apesar de recente, o governo atual já apresenta tendências em sua política externa. A primeira delas envolve o que pode ser chamado de “política interna da diplomacia”, baseada em coalizões partidárias sem um programa unificado, seguindo uma tendência desde 1985. O governo, com figuras chave como Geraldo Alckmin, Simone Tebet e Marina Silva, não é resultado de uma ampla aliança com um consenso em torno de um programa, mas sim de uma coalizão multipartidária. As diferenças ideológicas entre as personalidades, como as abordagens econômicas de Alckmin e Tebet, não foram adequadamente reconciliadas ou discutidas conjuntamente, evidenciando a falta de uma postura coesa (Ricupero, 2023).

A política externa atual é claramente influenciada pela herança do Partido dos Trabalhadores e a abordagem “ativa e altiva” de Lula em seus primeiros mandatos, mencionada repetidamente em discursos. Com o presidente, o ministro das Relações Exteriores e o assessor especial, Celso Amorim, em papéis similares aos desempenhados no passado, retorna o foco à diplomacia presidencial, destacando a figura carismática de Lula, sua biografia, prestígio internacional e conexões partidárias e ideológicas (Ricupero, 2023).

## 4.1 VIAGENS INTERNACIONAIS DO PRESIDENTE LULA

O presidente da República fez sua primeira viagem à Argentina, onde assinou acordos em economia, saúde, ciência, tecnologia e defesa, além de participar da VII Cúpu-



la da Celac — simbolizando a reinserção do Brasil nesse contexto em 5 de janeiro de 2023. Essa escolha de destino, após anos de distanciamento de sucessivos governos argentinos e de outros líderes latino-americanos, reflete a ênfase do novo governo nas relações diplomáticas e econômicas com países da América Latina. Em seguida, Lula visitou os Estados Unidos para restaurar as relações após tensões diplomáticas que ocorreram durante a administração anterior. Durante esse encontro, temas de grande relevância para o presidente e sua base de apoio, como democracia e meio ambiente, foram discutidos, evidenciando a importância dessas pautas para a PEB atual (Horta, 2023).

A viagem à China demonstrou o desejo de melhorar as relações com esse importante parceiro, resultando em acordos significativos e investimentos de R\$ 50 bilhões no Brasil. Além disso, foram estabelecidos acordos que facilitam o comércio direto entre as moedas real e yuan. Finalmente, nos Emirados Árabes, obtiveram-se cerca de R\$ 12 bilhões em investimentos. Essa série de viagens presidenciais reflete uma abordagem revitalizada nas relações diplomáticas e econômicas do Brasil com importantes parceiros globais e regionais, sinalizando uma estratégia de cooperação e integração econômica em diversas frentes (Horta, 2023).

Além da diplomacia presidencial, Lula recebeu líderes estrangeiros para fortalecer as relações globais e regionais do Brasil. Isso incluiu uma reunião com Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, com o objetivo de reestruturar as relações, apesar das críticas relacionadas à democracia. Houve também um encontro com presidentes sul-americanos, focado na cooperação regional, mas que gerou controvérsias devido ao apoio a Maduro. Essas ações destacam a contínua importância da política externa no governo Lula 3, mantendo características similares às de mandatos anteriores, porém enfrentando desafios devido a divergências ideológicas e à falta de consenso (Horta, 2023)

Além disso, esses eventos refletem a ênfase do governo em fortalecer as relações Sul-Sul e manter laços com países do Norte global, visando expandir os recursos e capacidades do Brasil por meio da diplomacia. Apesar da continuidade das prioridades da política externa, a atual administração enfrenta desafios consideráveis devido a divergências ideológicas, tanto nacional quanto internacionalmente, o que pode limitar sua capacidade de adotar uma abordagem pragmática, como nos governos anteriores (Horta, 2023).

## 4.2. PROTAGONISMO BRASILEIRO ATRAVÉS DA POLÍTICA AMBIENTAL

Adotando uma visão otimista, Ricupero (2023) ressalta que a política externa brasileira se destaca pela sua inovação diante da repetição, especialmente ao abordar o tópico central que moldará a agenda global nos anos vindouros: o desmatamento na Amazônia e suas implicações nas mudanças climáticas globais. Após o período Bolsonaro, o Brasil é agora percebido globalmente como uma ameaça devido à devastação florestal. No entanto, a comunidade internacional espera uma contribuição decisiva do país na preservação da Amazônia e no combate ao aquecimento global. Esse apelo oferece uma oportunidade única para atrair investimentos, doações, financiamentos e colaborações tecnológicas, otimizando a vantagem da matriz energética majoritariamente limpa e renovável do Brasil, permitindo que o país abrace a economia verde como base para o crescimento e a competitividade. Nesse contexto, destaca-se a transformação de perspectiva de Lula; embora tenha dado mais atenção às questões sociais em seus primeiros mandatos, seu atual com-

promisso com a causa ambiental é evidente, desde seu discurso na noite da vitória eleitoral até sua participação em conferências climáticas internacionais e o compromisso com a COP 30 em 2025. O alinhamento governamental com esses valores é evidenciado pela nomeação de figuras como Marina Silva e pela criação do Ministério dos Povos Originários, bem como por ações concretas para enfrentar desafios ambientais, incluindo a questão do garimpo ilegal.

### 4.3. DESAFIO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB LULA

Durante o período da gestão de Bolsonaro, ocorreu a desarticulação de políticas públicas internas, juntamente com a prevalência de uma abordagem isolacionista em relação ao cenário global. Essa postura teve impactos negativos na percepção internacional do Brasil, comprometendo sua habilidade de exercer influência em questões cruciais no âmbito mundial. Diante dessa conjuntura, o presidente Lula, em seu terceiro mandato, está enfrentando nos primeiros meses de seu governo um desafio de proporções históricas no contexto da PEB: a tarefa de reconstruir tanto a reputação internacional do país quanto sua estratégia de participação no cenário global (Maciel, 2023).

Nesse cenário, além da tarefa de revitalizar a reputação nacional, o novo governo tem dedicado esforços à reestruturação do Ministério das Relações Exteriores. Atualmente, esse departamento está sob a liderança do chanceler Mauro Vieira (que ocupou a mesma posição durante o período do impeachment da presidente Dilma Rousseff) e da embaixadora Maria Laura Rocha, encarregada da gestão da Secretaria Geral (Maciel, 2023).

No âmbito dos contínuos esforços do Brasil para fortalecer seus laços com a América Latina e reafirmar o compromisso com o regionalismo, observou-se o reingresso do país na União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) (Maciel, 2023).

Em relação ao Mercosul, ao assumir o cargo, Lula comprometeu-se a reforçar a coesão do bloco. Sua prioridade central tem sido ampliar o diálogo entre o Mercosul e a União Europeia, visando desbloquear o pacto comercial entre essas duas alianças. É importante ressaltar que esse acordo já foi aprovado, mas sua ratificação está em impasse nos parlamentos dos países europeus inclusive devido à postura ambiental adotada pelo governo Bolsonaro (Maciel, 2023).

### 4.4. BRASÍLIA: ENTRE WASHINGTON E PEQUIM

Reafirmando a percepção de que o Brasil estava retomando seu papel no cenário global, o presidente Lula realizou uma visita aos Estados Unidos, onde se encontrou com Joe Biden. Durante suas conversas e na declaração conjunta subsequente, o foco esteve principalmente em temas relacionados às mudanças climáticas e à preservação da democracia. Além disso, foram abordados assuntos como a promoção dos direitos humanos, a luta contra a fome e a discriminação racial, bem como os desdobramentos do conflito entre Ucrânia e Rússia, o fortalecimento das instituições multilaterais e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Apesar da amplitude dos tópicos discutidos, ficou evidente a ausência de resultados concretos e ações substanciais como resultado desse encontro (Maciel, 2023).

A política de segurança e defesa do governo Bolsonaro estava alinhada com suas premissas ideológicas e serviu como instrumento de fortalecimento de suas prioridades. Isso incluiu uma maior vinculação com os Estados Unidos, expressa na busca de se tornar um aliado preferencial fora da Otan. No âmbito regional, o governo alinhou suas perspectivas de segurança com as dos EUA, permitindo maior presença militar americana na América Latina

Em contraposição à visita aos Estados Unidos, o governo Lula depositou grandes expectativas em sua viagem à China, que foi inicialmente adiada devido a questões de saúde do presidente brasileiro. Antes mesmo da visita oficial, uma parte da delegação que já estava na China alcançou progressos significativos, especialmente no campo agrícola e pecuário, incluindo a suspensão da proibição das exportações de carne bovina do Brasil para o país asiático. Com uma comitiva composta por empresários, governadores, senadores, deputados e ministros, esperava-se a concretização de mais de 20 acordos bilaterais entre o Brasil e o seu principal parceiro comercial (Maciel, 2023).

Do ponto de vista diplomático, as relações entre o Brasil e a China no período entre 2002 e 2023 foram bastante irregulares, oscilando de relações estratégicas desde o primeiro governo Lula em 2003 a momentos de intensa tensão, especialmente durante o governo Bolsonaro (2019-2022). A seguir, veremos se essas situações diplomáticas influenciaram as dinâmicas comerciais entre esses dois países emergentes.

## 5. AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E A CHINA (2002-2020): DINAMISMO PARA ALÉM DA DIPLOMACIA

Sobre as relações comerciais entre Brasil e China, a corrente de comércio cresceu imensamente, aumentando de 4 bilhões de dólares em 2002 para mais de 100 bilhões de dólares em 2020. É notável o aumento dos *superávits* que o Brasil possui com o gigante asiático, chegando a um saldo de 31,7 bilhões de dólares em 2020. Apesar das relações assimétricas que reproduzem o padrão de comércio centro-periferia, a dependência da China em relação a alimentos e recursos naturais mais do que compensou as importações de produtos tecnológicos de alto valor agregado por parte do Brasil. No entanto, essa dinâmica não resolve o problema da vulnerabilidade externa do Brasil e gera impactos sociais e ambientais negativos internamente. Do ponto de vista diplo-

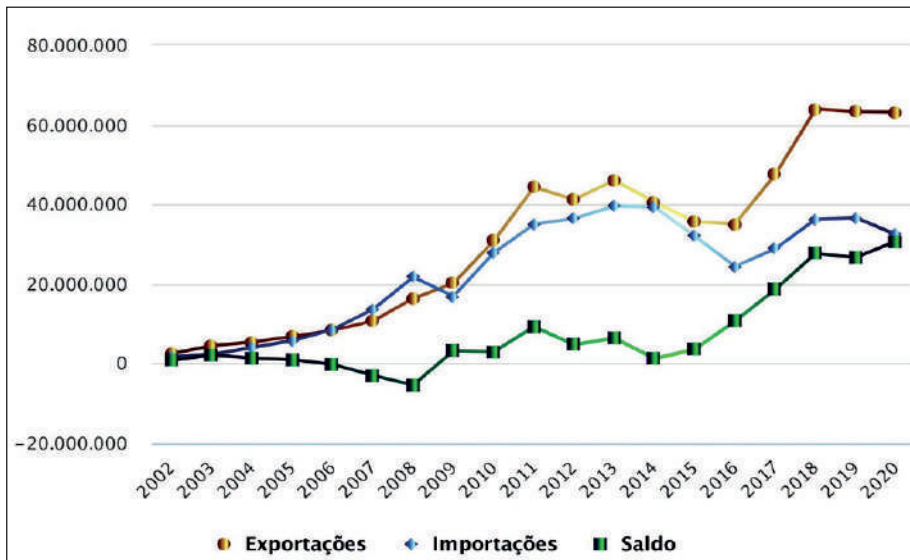
mático, o principal parceiro comercial do Brasil deveria ter um tratamento prioritário e amistoso, pois esse seria o interesse nacional se o objetivo fosse manter o dinamismo econômico brasileiro. Mas não foi o que ocorreu durante o governo Bolsonaro (2019-2022), situação ainda agravada pela crise econômica interna e pela pandemia.

Pela perspectiva dos principais sócios comerciais brasileiros, podemos observar mudanças substanciais entre 2002 e 2020. Em 2002, os EUA correspondiam a 25,44% do total das exportações brasileiras, enquanto a China ocupava o quarto posto com 4,18%. Já em 2010, a China já ocupa o primeiro lugar com 15,2% do total, e a Argentina vem em terceiro com 9,1%. Em 2020, essa diferença se tornou ainda mais significativa, com a China correspondendo a quase 34% das exportações brasileiras, seguida dos EUA com 9,93% e da Argentina com 4%. Isso demonstra a importância econômica da China para o Brasil, a diminuição do poder econômico dos EUA e um momento difícil nas relações com a Argentina. No entanto, também é importante examinar a composição dessas exportações, uma vez que, no caso da China, há uma concentração em produtos primários, enquanto nos casos dos EUA há uma maior diversificação, e com a Argentina as exportações envolvem produtos de maior valor agregado.

**Tabela 1 — Panorama comercial Brasil-China (em US\$ bilhão) —  
2002-2020** *Em USD (bi.)*

Ano	Exportações	Importações	Corrente	Saldo	Cobertura
2002	2,5	1,7	4,2	0,8	1,5
2003	4,5	2,3	6,9	2,2	1,9
2004	5,4	4,1	9,5	1,4	1,3
2005	6,8	5,8	12,7	1	1,2
2006	8,4	8,6	17	-0,2	1
2007	10,7	13,7	24,4	-2,9	0,8
2008	16,4	21,7	38,1	-5,3	0,8
2009	20,2	16,9	37,1	3,3	1,2
2010	30,8	27,8	58,6	3	1,1
2011	44,3	35	79,3	9,3	1,3
2012	41,2	36,5	77,7	4,8	1,1
2013	46	39,6	85,6	6,4	1,2
2014	40,6	39,3	80	1,3	1
2015	35,6	32	67,6	3,6	1,1
2016	35,1	24,4	59,6	10,7	1,4
2017	47,5	28,8	76,3	18,6	1,6
2018	63,9	36,3	100,2	27,7	1,8
2019	63,4	36,7	100	26,7	1,7
2020	67,7	36	103,6	31,7	1,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat-MDIC, 2021

**Gráfico 1 — Panorama comercial Brasil-China (em US\$ mil) — 2002-2020**

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

**Quadro 1 — Principais parceiros comerciais das exportações do Brasil (em US\$ mil) — 2002**

Coparticipe	Importe	Porcentagem sobre total	Importe acumulado	Porcentagem acumulada
Estados Unidos	15.354.010	25,44	15.354.010	25,44
Países Baixos	3.182.298	5,27	18.536.306	30,71
Alemanha	2.536.724	4,2	21.073.030	34,91
China	2.520.457	4,18	23.593.486	39,09
México	2.342.347	3,88	25.935.836	42,97

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

**Quadro 2 — Principais parceiros comerciais das exportações do Brasil (em US\$ mil) — 2010**

Coparticipe	Importe	Porcentagem sobre total	Importe acumulado	Porcentagem acumulada
China	30.804.654	15,2	30.804.654	15,2
Estados Unidos	19.454.048	9,6	50.258.704	24,8
Argentina	18.596.234	9,18	68.854.928	33,98
Países Baixos	10.231.948	5,05	79.086.880	39,03
Alemanha	8.186.725	4,04	87.273.600	43,07

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

### Quadro 3 — Principais parceiros comerciais das exportações do Brasil (em US\$ mil) — 2020

Coparticipe	Importe	Porcentagem sobre total	Importe acumulado	Porcentagem acumulada
China	63.191.996	32,99	63.191.996	32,99
Estados Unidos	19.020.222	9,93	82.212.216	42,92
Argentina	7.688.408	4,01	89.900.624	46,93
Países Baixos	6.992.639	3,65	96.893.264	50,58
Espanha	3.864.920	2,02	100.758.184	52,6

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

No que diz respeito à composição das exportações brasileiras para a China, permanecem concentradas em produtos primários. Entre 2002 e 2020, essa tendência se manteve, com os três principais produtos representando aproximadamente 57% do total em 2002 e mais de 75% em 2020. Em outras palavras, pode-se concluir que, apesar do dinamismo proporcionado pela China às exportações brasileiras, há uma intensificação da dependência de produtos primários e uma diminuição da atividade industrial na economia nacional.

Os principais produtos exportados do Brasil para a China entre 2002 e 2020 foram: minérios, escórias e cinzas; combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais; carnes e miudezas, comestíveis; pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas).

Conforme esperado, de 2002 a 2020, o Brasil tem importado quantidades crescentes de produtos industrializados provenientes da China. Chama atenção o fato de que, apesar de uma composição relativamente diversificada, os dois principais produtos importados chegaram a representar uma porcentagem relativa de 47% em 2020.

### Tabela 2 — Participação dos principais produtos exportados pelo Brasil para a China sobre o total (em %) — 2002 e 2020

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	33	29	30	25	29	26	32	30	23	25	29	37	41	45	41	43	43	32	31
Minérios, escórias e cinzas	24	17	21	28	32	36	32	39	44	46	37	36	31	19	22	23	18	23	28
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas; ceras minerais	0	1	4	8	10	8	10	6	13	11	12	9	9	12	11	16	23	24	17
Carnes e miudezas, comestíveis	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	3	5	4	4	7	10
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	5	6	5	4	5	4	4	5	4	3	3	3	4	5	6	5	5	5	4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat-MDIC

**Tabela 3 — Participação dos principais produtos importados pelo Brasil da China sobre o total (em %) — 2002 e 2020**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	29	33	37	40	39	34	31	33	31	30	29	29	29	28	30	32	27	30	31
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	10	10	11	14	17	19	19	20	22	21	23	22	19	17	17	16	14	15	16
Produtos químicos orgânicos	11	10	8	7	6	5	6	7	5	5	5	6	6	6	9	8	8	8	9
Embarcações e estruturas flutuantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	3	0	10	6	5
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	6	6	6	7	6	6	6	5	4	2	2	2	2	2	2	3	2	2	3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat-MDIC, 2021

Entretanto, para caracterizar a dinâmica econômica sino-brasileira, é importante considerar também a entrada de capital chinês por meio de investimentos diretos no país. Pautasso (2022) questiona a simplificação da classificação de neoimperialismo atribuída à China, a qual se baseia apenas na exportação de capital chinês e importação de produtos primários da periferia. O autor argumenta que essa abordagem negligencia a complexidade intrínseca do imperialismo e não contempla as mudanças sistêmicas ocorridas, e argumenta que:

os investimentos chineses na periferia se distinguem dos investimentos imperialistas. Conforme ilustrado no gráfico 3, os principais setores beneficiados por esses investimentos são energia (representando 75% do total) e transporte (8,7%);

1. não há violação da soberania dos Estados;
2. a manutenção da condição periférica dos países é resultado das ações dos países colonizadores, não da China;
3. não ocorre imposição de modelos políticos-institucionais ou ajustes macroeconômicos;
4. não há histórico de promoção de golpes, intervenções ou outras práticas de desestabilização.

A tabela abaixo, conforme Peters (2023), também destaca a criação de empregos no Brasil por meio dos projetos chineses, alinhando-se à ideia, mencionada por Pautasso (2022), de uma política pública integrada à lógica nacional.

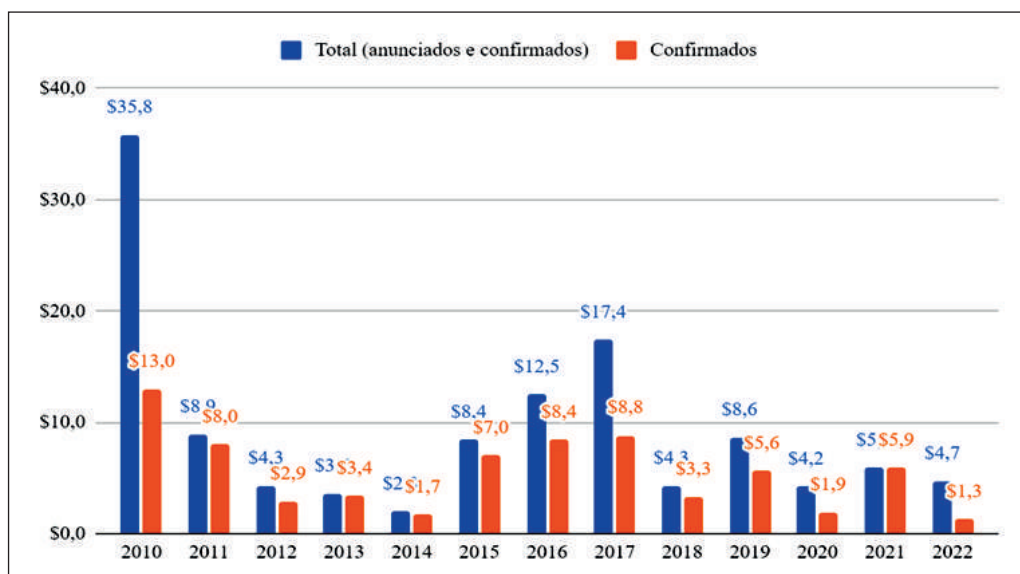
**Tabela 4 - Investimentos chineses em infraestrutura no Brasil — 2005-2022**

	2005-2009	2010-2015	2016-2021	2019	2020	2021	2022
Quantidade de projetos	2	5	23	3	5	8	3
Valor (em US\$ milhão)	669	2.119	13.277	2.764	5.100	954	119
Quantidade de empregados	7.350	57.990	116.245	18.303	66.372	6.726	3.000
Valor/projeto (em US\$ milhão)	335	424	577	921	1.020	119	40
Valor/empregado (em US\$ milhão)	0,09	0,04	0,11	0,15	0,08	0,14	0,04
Empregados / projeto	3.675	11.598	5.054	6.101	13.274	840,8	1.000

Fonte: Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean of Latin American and Caribbean Academic Network on China (Red ALC-China), 2023

O relatório divulgado pelo Conselho Empresarial Brasil-China analisa os dados dos investimentos chineses no Brasil nos últimos dez anos e aponta uma redução de quase 80% em 2022 em comparação com 2021, marcando o menor valor desde 2009 (Cariello, 2023). No aspecto qualitativo, os investimentos chineses concentram-se em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico nacional, predominantemente em energia (74,7%) e transportes (8,7%). Aproximadamente 60% desses investimentos seguem o modelo *greenfield*, estabelecendo operações em subsidiárias locais e empregando mão de obra nacional (Cariello, 2023).

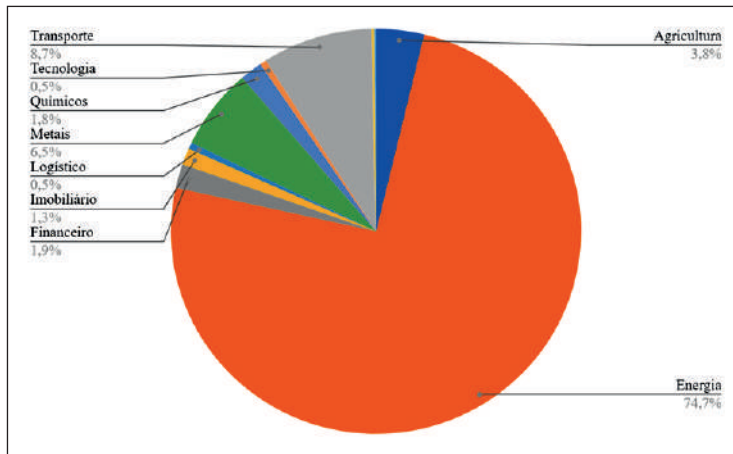
**Gráfico 2 — Fluxo de investimentos chineses para o Brasil (em US\$ bilhão) — 2010-2022**



Fonte: Investimentos Chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética, CEBC, 2023



### Gráfico 3 — Participação dos setores nos investimentos chineses no Brasil — 2005-2023



Fonte: Elaboração própria com base no China Global Investment Tracker, 2023

Apesar de a exportação de produtos brasileiros promover a reprimarização da economia, esse movimento tem pouca relação com a estratégia de governança chinesa. As relações comerciais sino-brasileiras também apresentam assimetrias devido à política econômica brasileira, que prioriza a produção de produtos primários. A entrada de capital chinês na agricultura representa apenas 3,8% do total de investimentos em 18 anos, enquanto 90% dos investimentos se concentram em setores de infraestrutura estratégica (Cariello, 2023).

Portanto, a reprimarização e a tendência de periferização do Brasil não podem ser atribuídas ao protagonismo chinês nas relações econômicas. De acordo com Pautasso (2022), a estratégia da China visa criar demanda para a supercapacidade ociosa de sua indústria nacional, promover segurança alimentar e energética, abrir acesso ao conjunto de recursos naturais necessários para a manutenção do desenvolvimento chinês, além de potencializar a internacionalização de empresas e a exportação de serviços nacionais, principalmente na área de engenharia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China no período de 2002 a 2022 oscilaram entre períodos de proximidade, especialmente durante os governos Lula 1 e 2, e tensões ideológicas profundas durante o governo Bolsonaro (2019-2022), com a possibilidade de uma retomada da parceria estratégica no governo Lula 3.

Essas oscilações nos relacionamentos diplomáticos afetaram as relações comerciais e de investimento entre os dois países no período de 2002 a 2023. Embora no comércio tenha sido observada uma dinâmica quase autônoma, houve impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil nos últimos anos, possivelmente como resultado das relações conturbadas com o gigante asiático durante o período Bolsonaro. Do ponto de vista econômico, ficou claro que a China superou os EUA como principal parceiro comercial do Brasil, uma mudança estrutural que é observada em grande parte da América Latina e que tem impactos geopolíticos relevantes.

## A reprimarização e a tendência de periferização do Brasil não podem ser atribuídas ao protagonismo chinês nas relações econômicas

As relações comerciais entre Brasil e China demonstraram ser altamente dinâmicas ao longo dos últimos dezoito anos, configurando-se como uma das relações mais importantes entre países emergentes no cenário mundial atual, conforme apontado pelo diplomata chinês Qu Yuhui, ministro conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil (Yuhui, 2021). É interessante notar que essa dinâmica frequentemente favoreceu o Brasil, resultando em *superávits* comerciais que excederam 30 bilhões de dólares em alguns anos. Por isso, Charles Andrew Tang, presidente da Câmara Binacional de Comércio e Indústria Brasil-China, enfatizou vigorosamente que não conseguia compreender por que membros da alta cúpula brasileira adotavam uma postura hostil em relação à China e agiam contrariamente aos interesses nacionais do Brasil, visto que não há lógica em antagonizar seu maior parceiro comercial (Tang, 2021). Porém, é importante reconhecer que essas relações também apresentam desafios, como evidenciado pelas tendências de reprimarização e desindustrialização que o protagonismo chinês pode gerar no Brasil. Andrea Ribeiro Hoffmann argumenta que:

A China traz uma outra proposta, talvez uma proposta de mais concessão de autonomia, de soberania, [...] desde nosso ponto de vista, na América Latina a autonomia é uma questão chave. No entanto, eu acho que essa chave da autonomia muitas vezes está muito mais pautada na questão econômica e não na questão realmente política; então, o custo de uma autonomia sob uma hegemonia chinesa pode também ser bom, se ela se tornar hegemônica; uma autonomia na qual o padrão é de assimetria, mas talvez essa autonomia seja muito restrita, em uma ordem global onde democracia, direitos humanos etc. não sejam valorizados (Hoffmann, 2021).

Sobre a China, o atual assessor especial para Assuntos Internacionais de Lula, Celso Amorim, reconhece que é realmente um desafio, assim como o foram a Europa e os EUA em outros momentos. Ele também reconhece que o gigante asiático é mais sutil do ponto de vista político, sem impor tantas condicionalidades, remetendo à preocupação de Prebisch com as relações do tipo centro-periferia. Nesse sentido, conclui que seria importante “remar contra a maré” e que processos de integrações regionais poderiam servir como instrumento para lidar com o tema da reprimarização, uma vez que o comércio intrabloco é caracterizado por manufaturas (Amorim, 2021).

Uma fonte diplomática brasileira atual, que preferiu o anonimato, ressaltou que o padrão do comércio com a China é extremamente concentrado nas exportações de produtos primários com baixo valor agregado. Esse, portanto, seria o grande desafio: diversificar a

Ricardo Stuckert/PR



Lula e presidentes de países membros e simpatizantes dos Brics posam para foto oficial após reunião do grupo, no Sandton Convention Centre. Joanesburgo (África do Sul), 24 de agosto de 2023

pauta exportadora, agregando valor. Essa reflexão também destaca a importância de desenvolver estratégias para promover as exportações de produtos de maior valor agregado. Além disso, é necessário diferenciar as responsabilidades entre o governo e os empresários neste processo:

Nós temos que dividir o que é pauta do governo e as que são dos empresários: a do Itamaraty, do Ministério da Economia, da Secretaria de Comércio Exterior, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, do Ministério da Agricultura é identificar barreiras que existem e negociá-las com vistas a minimizar ou eliminar essas barreiras que podem ser de várias ordens, entre elas, sanitárias, fitossanitárias e tarifárias, essas sendo de maior dificuldade de negociação. Um acordo comercial com a China ainda não está nas cartas, ainda que obviamente o agronegócio se interessaria muito mais que a indústria brasileira por ele, pois para ela isso seria extremamente prematuro, já que se vê diante de uma série de desafios para o incremento da sua competitividade e produtividade, já que a carga tributária no Brasil é muito elevada, o chamado custo Brasil [...] O governo pode identificar novas oportunidades e para isso existe todo um trabalho de promoção comercial de nível governamental que são os estudos que analisam os produtos exportados e importados de cada país e avaliam as possibilidades e riscos cruzando esses dados [...] do ponto de vista empresarial eles precisam entender que na Ásia o relacionamento é de longo prazo e com a criação de bases de confiança entre o empresário e seu cliente local [...] Quando eu estive servindo na China, eu me lembro de uma companhia brasileira grande que é a Souza Cruz. Ela instalou uma série de altos executivos para simplesmente prospectar o mercado local e depois de dois anos e muito esforço de prospecção, resolveu abandonar o investimento por questões regulatórias, pois eles consideraram aquilo uma barreira difícil de vencer. Mas para o

## Embora no comércio tenha sido observada uma dinâmica quase autônoma, houve impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil nos últimos anos, possivelmente como resultado das relações conturbadas com o gigante asiático durante o período Bolsonaro

mercado mais promissor do mundo, e com cigarros de boa qualidade a preços competitivos, essa era uma oportunidade promissora. Esse tipo de exercício deveria ser feito por várias empresas brasileiras que já estão em fase da competição lá e para outras que pretendem ocupar pedaços maiores do mercado local, porque é fundamental estabelecer relações de confiança de longo prazo, o que não tem sido feito”. Concluiu que negociar com a China às vezes é até mais difícil, pois, como estão com poder, se comportam de forma bastante realista (“jogam muito duro e, nas negociações, negociam muitas coisas não ditas, colocam muitas condicionalidades”) e que o discurso da cooperação Sul-Sul já não se aplicaria, pois quem faz cooperação Sul-Sul é o Brasil que executa pequenas iniciativas em outros países do Sul, replicando experiências bem-sucedidas, mas sempre com poucos recursos (Fonte Diplomática, 2021).

Marcos Costa Lima (2021) aponta complementaridades nas relações entre o Brasil e a China e destaca que o gigante asiático possui capital e é extremamente dinâmico, enquanto a região brasileira enfrenta problemas graves de infraestrutura. Dessa forma, sugere que a China poderia contribuir para a integração regional. No entanto, ele também critica a estratégia de exportação atual do Brasil, que se concentra principalmente na exportação de soja e minérios. O professor Costa Lima afirma que essa estratégia é suicida, uma vez que exportar soja implica exportar uma grande quantidade de água, o que está relacionado aos desastres ambientais que a região vem enfrentando atualmente.

Ele também salienta que o histórico de relações internacionais da China com o mundo é bastante diferente do histórico dos EUA, já que a China não tem pretensões de levar “democracia e liberdade” a outras regiões, evitando assim os enormes impactos bélicos e humanitários frequentemente associados a essa abordagem. Costa Lima salienta que a estratégia chinesa é controlar os capitalistas e, com a participação estatal em diversos setores, como bancos e indústrias, manter uma política de prosperidade. Isso permitiu tirar mais de 700 milhões de pessoas da miséria em pouco tempo, e a China hoje almeja criar uma civili-



Os EUA buscam conter a influência chinesa pressionando o Brasil a aderir ao plano Clean Network, que exclui a Huawei da infraestrutura de tecnologia 5G

zação ecológica. Porém, ele ressalta que o Brasil deveria se espelhar nesse exemplo, mas está fazendo exatamente o oposto, privatizando suas empresas a preços baixos. Ele menciona o caso da Petrobras e as intenções de privatizar o setor elétrico (Costa Lima, 2021).

\* Professor na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) e do Programa de Mestrado/Doutorado em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL). *E-mail*: fabio.borges@unila.edu.br

\*\* Bacharela em Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Pós-graduanda em Liderança e Inovação na Fundação Getúlio Vargas (FGV). *E-mail*: luizammart@gmail.com

\*\*\* Bacharel em Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Mestrando em Estudos Latino-Americanos na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). *E-mail*: felipenagual@gmail.com

► Texto recebido em 16 de setembro de 2023; aprovado em 9 de outubro de 2023.

ABDENUR, Adriana Erthal. Brazil-Asia Trade: emerging configurations. In: ARNSON, Cynthia; HEINE, Jorge; ZAINO, Christine (Org.). **Reaching Across the Pacific: Latin America and Asia in the New Century**. Washington, D.C: Wilson Center, 2014. p. 125-152.

AMORIM, Celso. Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

BUENO, André da Silva. **Relações Brasil-China: Novas Perspectivas**. In: X SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICA CHINA, 2019. Disponível em: <https://politica-china.org/areas/politica-exterior/x-sei-relacoes-brasil-china-novas-perspectivas>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética**. Conselho Empresarial Brasil-China, 2023. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/download/12393/>. Acesso em: 29 ago 2023.

CARVALHO, Evandro Menezes de. O uso político da pandemia e a crise diplomática com a China. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogerio Dultra dos (Org.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 36-44. Disponível em: <http://www.defesaclassestrabalhadora.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandemon%C3%B4nio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 01 ago 2023.

COSTA LIMA, Marcos. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

FONTE DIPLOMÁTICA. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morado. O tripé da Política Externa Brasileira no governo Bolsonaro. **Boletim Opsi**, n. 3, p. 06-15, 2020. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim\\_OPESA\\_2020\\_n3-jul-set-2020.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPESA_2020_n3-jul-set-2020.pdf). Acesso em: 05 ago 2023.

HOFFMANN, **Andrea Ribeiro**. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Setembro de 2021. Entrevista gravada.

HORTA, Danilo Augusto da Silva. Uma política externa não tão nova assim: uma análise da política externa do governo Lula III e seus desafios. **Boletim Opsi**, v.1, n. 2, p. 05-09, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/orbis/article/view/58746>. Acesso em: 03 ago. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. **Cebri-Revista Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 79-95, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/104>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MACIEL, Tadeu Morato. Avanços e desafios da Política Externa brasileira após 100 dias de governo Lula. **Orbis - Boletim Trimestral do Le bep-UFF**, v. 1, n. 1, p. 20-24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/orbis/article/view/58439>. Acesso em: 10 ago 2023.

OLIVEIRA NETO, João Batista de. **A política externa brasileira de Lula (2007-2010) e de Dilma (2011-2014): da ascensão ao declínio internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19232/1/2016\\_JoaoBatistadeOliveiraNeto.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19232/1/2016_JoaoBatistadeOliveiraNeto.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

PAUTASSO, Diego. A China é imperialista? In: PAUTASSO, Diego. **Imperialismo: ainda faz sentido na era da globalização?**. São Paulo: Cultura, 2022. p. 85-98.

PETERS, Enrique Dussel. **Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean 2023**. RED ALC-CHINA. Disponível em: [https://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/Dussel-Peters\\_Monitor\\_Infraestructura\\_2023\\_ENG.pdf](https://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/Dussel-Peters_Monitor_Infraestructura_2023_ENG.pdf). Acesso em: 27 ago. 2023.

RICUPERO, Rubens. Mudaria o Natal ou mudei eu?: A volta de Lula em cenário de polícrise global. **CEBRI-Revista Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 31-57, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/102>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23-41, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/86954>. Acesso em: 18 ago. 2023.

TANG, Charles Andrew. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

UEHARA, Alexandre; CASARÕES, Guilherme. 2013. Brazil, East Asia and the shaping of world politics. **Perceptions**, v. 18, n. 1, p. 75-100, 2013. Disponível em: <http://sam.gov.tr/pdf/perceptions/Volume-XVIII/spring-2013/Uehara-Casaro.es.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

YUHUI, Qu. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Setembro de 2021. Entrevista gravada.